



IV SIMPOSIO BARCELONA | EDUCAÇÃO

# AS METAMORFOSES DA AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO DE E PARA A MUDANÇA

Pedro Jesus & José Matias Alves [Org.]

setembro de 2020

## **Ficha técnica**

**Título:** AS METAMORFOSES DA AVALIAÇÃO - A AVALIAÇÃO DE E PARA A MUDANÇA

**Organização:** Pedro Jesus & José Matias Alves

**Autores:** António Coelho, Carla Ferreira, José Matias Alves, Leonor Regueiras, Paula Rodrigues, Pedro Jesus, Rita Rocha

**Local de edição:** Porto

**Edição:** Faculdade de Educação e Psicologia

**Data de edição:** setembro de 2020

**ISBN:** 978-989-54364-9-1

## Prefácio

### A Avaliação Pedagógica e as Metamorfoses

José Matias Alves, [jalves@porto.ucp.pt](mailto:jalves@porto.ucp.pt), Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano (CEDH)

“A verdadeira esperança sabe que não tem certeza. É a esperança não no melhor dos mundos, mas em um mundo melhor. A origem está diante de nós, disse **Heidegger**. A metamorfose seria efetivamente uma nova origem” [Edgar Morin]

Na edição de 2020, o Simpósio sobre Educação e Mudança organizado pela Faculdade de Psicologia, Ciências da Educação e Desporto | Blanquerna | Universidade de Ramon Llull, pelos Jesuítas de Barcelona e pelo Colégio Montserrat elegeu a avaliação como chave para uma possível mudança.

Como sabemos, a avaliação pode ser uma poderosa alavanca para promover as aprendizagens [dos alunos, dos professores, das escolas...] ou travar (quase) todos os propósitos de renovação e de metamorfose pedagógica e organizacional.

Como nos lembra Philippe Perrenoud, a avaliação situa-se no centro de um octógono de forças (conferir figura):



Como se pode observar, a avaliação regula a relação entre os professores, a escola e as famílias estando, muitas vezes, refém de preconceitos e de vontades gerados

aquando de uma socialização escolar que faz da avaliação um exercício de medição, classificação e sanção e dos testes escritos o seu principal instrumento operador.

Por outro lado, a avaliação ao serviço da seleção e do controlo acaba por determinar as formas de organização das aulas, dificultar os processos de personalização e individualização das aprendizagens e estruturar os métodos de ensino muito determinados pela ideologia da transmissão e do cumprimento dos programas.

Observando os demais vetores do octógono, verificamos o peso omnipresente de uma avaliação que aqui surge conotada com as ideias de classificação, medida, sanção, prémio e castigo para um ofício de elevada exigência e complexidade.

Como sabemos, a avaliação é, muitas vezes, o nó górdio da mudança educativa. No célebre livro de Juan Méndez [Avaliar para conhecer, Examinar para excluir, Edições ASA, 2002], percebemos os mecanismos das duas funções maiores da avaliação: avaliar para compreender, conhecer, ajudar, transformar, melhorar; e avaliar para examinar, estratificar, selecionar, sancionar, excluir. A opção por um destes paradigmas não é inocente e inscreve-se numa ideologia que acaba por regular [regra geral de modo pouco consciente] a ação educativa.

Por isso, uma das questões mais decisivas que se coloca à ação profissional dos professores é clarificar o paradigma em que se quer filiar. É certo que não é uma decisão inteiramente individual, já que os professores estão submetidos a um sistema que exige os exames e as classificações. E esta obrigação de examinar, classificar, ordenar, seriar acaba por contaminar quase toda a ação pedagógica. Contudo, esta força opressora não determina todo o sentido da ação avaliativa. Os professores [sobretudo no campo de uma deliberação colegial] podem decidir que o cerne da avaliação deve estar na sua formatividade; podem decidir não usar os testes de avaliação sumativa escrita e optar por outros processos e instrumentos muito mais ricos; podem fazer da avaliação um exercício de libertação e aprendizagem.

E podendo ser assim, o que pode levar os professores a optar por uma prática avaliativa ao serviço das aprendizagens e do desenvolvimento pessoal dos alunos? Que fatores e que condições podem ativar as vontades (individuais e colegiais) e as práticas avaliativas?

## Condições para a metamorfose

Em termos exploratórios, enunciaremos as seguintes disposições necessárias para uma metamorfose desejável:

**i)** consciência da sua função central de educador. A missão primeira do educador e do professor é a de educar, transmitindo, leia-se criando condições para a aprendizagem, toda a herança cultural, científica e artística, e gerando oportunidades para que cada ser humano desenvolva todos os seus talentos. Ao fim e ao cabo, *educar* é *educare* e *educere*, conduzir e tirar de dentro, como ensina a etimologia. A função de ser juiz, classificador, agente de ordem hierárquica e “meritória” não faz parte da sua missão nuclear, embora o sistema assim nos queira fazer crer.

**ii)** reconhecimento do poder libertador da avaliação. Reconhecer que avaliar é ajudar, fazer aprender, reconhecer sucessos e insucessos, incrementar a capacidade de auto-análise e auto-regulação das aprendizagens é ensinar uma prática de liberdade e de libertação. E não há função mais nobre que esta.

**iii)** opção por uma escola agência de promoção da igualdade de oportunidades. De forma mais ou menos explícita, nós podemos inscrever-nos entre dois pólos da ação educativa: o pólo da liberdade | equidade | justiça | humanidade e o pólo da opressão, seleção, hierarquização, exclusão. Podemos ensaiar a fuga de uma escola graduada, segmentada, dividida. E sabendo que o mundo não é a preto e branco, podemos, certamente, optar por um posicionamento o mais próximo possível de um dos pólos.

**iv)** adoção de instrumentos de avaliação *mais amigos* do diálogo, da negociação, da interação, da colaboração e do desenvolvimento. Uma decisão que mais impacto pode ter nas práticas de avaliação é a de proibir, a nível de cada escola, a circunscrição da avaliação a dois testes sumativos por período. Cada professor seria obrigado a usar diversos instrumentos de avaliação, não podendo eleger o “teste” como instrumento chave. É certo que há várias formas de contornar uma “ordem” desta natureza. Mas a ação nos conselhos de turmas e nos departamentos, a colaboração, a evidência de que é possível sair do determinismo dos testes ajudaria a fundar e a estabelecer outra prática.

**v)** inscrição da avaliação no processo didático. A avaliação ao serviço das aprendizagens tem de se inscrever no âmbito de todo o processo didático. Desde o

momento de planificação, a avaliação tem de ser um operador essencial da regulação das aprendizagens.

**vi)** criação de uma cultura de liberdade, responsabilidade, desenvolvimento. Contra as ordens da clausura, da discriminação, da seleção, nós podemos fundar uma outra ordem mais justa, mais colaborativa e mais humana. E a avaliação tem aqui um importante papel a cumprir.

O livro que agora colocamos à disposição dos leitores pode ser um instrumento de catálise das vontades e de construção de uma ordem educativa mais feliz. Queremos crer que assim poderá acontecer.